

Linha Amarela S.A. - LAMSA

Relatório de Revisão do Auditor Independente acompanhado das Informações Contábeis Intermediárias

31 de março de 2019





Grant Thornton

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2019	12

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Linha Amarela S.A. - LAMSA
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **Linha Amarela S.A. - LAMSA** (“**Companhia**”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board* (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Garantias compartilhadas com dívidas contraídas em partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.3, às informações contábeis intermediárias, que informa que as partes relacionadas Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. – CART e MetroBarra S.A., em 11 de fevereiro de 2019, tiveram seu “*rating*” rebaixado por agência de classificação de riscos. Esse fato enseja a quebra de cláusulas restritivas, podendo acarretar no vencimento antecipado das debêntures emitidas pelas referidas companhias, caso não seja obtido “*waiver*” em Assembleia Geral de Debenturistas. Adicionalmente, essas debêntures possuem garantias compartilhadas (“*cross default*”) com dívidas contraídas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES pelo Grupo Econômico o qual a Companhia pertence (Grupo Invepar). A administração do Grupo Econômico está trabalhando em planos de ações para regularização dessa situação perante seus debenturistas, entretanto existe o risco de que caso os debenturistas declarem vencimento antecipado, o BNDES poderá também, declarar vencimento antecipado de todos seus financiamentos com o Grupo Invepar, bem como das debêntures e outros financiamentos da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida para companhias abertas de acordo com a legislação societária e considerada informação suplementar para companhias de capital fechado, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019.



Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 “S” - RJ

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.372	27.104
Contas a receber	5	13.633	14.529
Estoques		952	852
Debêntures	8	12.848	12.848
Adiantamentos		1.855	1.988
Partes relacionadas	8	290	290
Instrumentos financeiros derivativos	20.h	1.208	1.534
Outros		588	583
Total do ativo circulante		<u>51.746</u>	<u>59.728</u>
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	8	92.074	95.286
Partes relacionadas	8	74	74
Depositos judiciais	7	3.691	3.651
Imobilizado	9	15.639	15.891
Intangível	10	369.066	372.821
Total do ativo não circulante		<u>480.544</u>	<u>487.723</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>532.290</u>	<u>547.451</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		2.940	6.295
Empréstimos e financiamentos	11	15.330	15.560
Debêntures	12	36.738	32.227
Tributos a recolher	6.b	10.480	23.789
Obrigações com empregados e administradores		4.899	3.672
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	8 e 14	41.110	51.110
Partes relacionadas	8	5.765	9.684
Outros		31	31
Total do passivo circulante		<u>117.293</u>	<u>142.368</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	-	7.604
Debêntures	12	230.959	239.016
Tributos a recolher	6.b	999	1.283
Impostos diferidos passivos	6.a	4.358	4.415
Provisão para riscos processuais	13	2.711	1.673
Total do passivo não circulante		<u>239.027</u>	<u>253.991</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14.a	54.118	54.118
Reserva legal	14.b	10.824	10.824
Dividendos adicionais propostos	14.c	86.150	86.150
Resultado do período		24.878	-
Total do patrimônio líquido		<u>175.970</u>	<u>151.092</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>532.290</u>	<u>547.451</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS
 PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita operacional líquida	15	67.350	66.065
Receita de construção	15	-	2.829
Custo dos serviços prestados	16	(17.604)	(13.835)
Custo de construção	16	-	(2.812)
LUCRO BRUTO		<u>49.746</u>	<u>52.247</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	16	(8.230)	(7.519)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	151	4.843
LUCRO ANTES DOS ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS		<u>41.667</u>	<u>49.570</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	4.766	3.545
Despesas financeiras	17	(8.817)	(9.117)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		37.616	43.999
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.c	(12.795)	(15.271)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.c	57	882
LUCRO LÍQUIDO PERÍODO		<u>24.878</u>	<u>29.610</u>
Lucro líquido básico e diluído por ação (em reais - R\$)	18	<u>0,1597</u>	<u>0,1901</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>24.878</u>	<u>29.610</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>24.878</u></u>	<u><u>29.610</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>71.002</u>	<u>-</u>	<u>135.944</u>
Lucro líquido do período	-	-	-	29.610	29.610
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018	<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>71.002</u>	<u>29.610</u>	<u>165.554</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	54.118	10.824	86.150	-	151.092
Lucro líquido do período	-	-	-	24.878	24.878
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019	<u>54.118</u>	<u>10.824</u>	<u>86.150</u>	<u>24.878</u>	<u>175.970</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA O
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
Receitas	15	73.879	79.999
Prestação de serviços		73.727	72.327
Receita de construção		-	2.829
Outras receitas		152	4.843
Insumos adquiridos de terceiros		(13.742)	(9.419)
Custos dos serviços prestados		(856)	(1.883)
Custo de construção	16	-	(2.812)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(12.886)	(4.724)
Valor adicionado bruto		60.137	70.580
Retenções		(5.334)	(5.429)
Depreciação e amortização	16	(5.334)	(5.429)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		54.803	65.151
Valor adicionado recebido em transferência		4.766	3.545
Receitas financeiras	17	4.766	3.545
Total do valor adicionado a distribuir		59.569	68.696
Distribuição do valor adicionado		59.569	68.696
Pessoal e encargos		5.687	8.249
Remuneração direta		3.899	6.891
Benefícios		1.539	1.148
FGTS		249	210
Impostos, taxas e contribuições		20.105	21.686
Federais		16.376	18.026
Estaduais		43	39
Municipais		3.686	3.621
Remuneração capital de terceiros		8.899	9.151
Juros		8.690	7.371
Aluguéis		80	34
Outras		129	1.746
Remuneração de capital próprio		24.878	29.610
Lucro do período		24.878	29.610

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2019	31/03/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos impostos e contribuição		37.616	44.000
Ajustes:			
Depreciação e amortização	8 e 9	5.334	5.429
Margem de construção		-	17
Provisão para riscos		1.038	486
Ajuste de operações de hedge		326	-
Variações monetárias e encargos, líquidos		3.879	7.933
Outros ajustes		-	(95)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	5	896	(936)
Estoques		(100)	(107)
Depósitos judiciais	7	(40)	(707)
Adiantamentos		133	(110)
Outros		(5)	2
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(3.803)	(3.487)
Obrigações com empregados e administradores		1.227	915
Impostos, taxas e contribuições		(1.352)	(1.323)
Partes relacionadas		(3.919)	3.922
Caixa líquido gerado na operação		<u>41.230</u>	<u>37.298</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.036)	(18.642)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>16.194</u>	<u>18.656</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimento de principal sobre debêntures	8	3.212	3.213
Recebimento de juros sobre debêntures	8	2.400	(2.644)
Aquisição de imobilizado	9	(500)	(88)
Aquisição de intangível	10	(379)	(3.144)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		<u>4.733</u>	<u>(2.663)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento do principal de debêntures e empréstimos sobre financiamento	11 e 12	(12.879)	(23.774)
Pagamento de juros sobre debêntures e empréstimos sobre financiamento	11 e 12	(4.780)	(7.725)
Dividendos e juros sobre capital próprio		(10.000)	(4.393)
Custo de captação		-	16
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(27.659)</u>	<u>(35.876)</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6.732)</u>	<u>(1.242)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	27.104	19.624
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	<u>20.372</u>	<u>18.382</u>
REDUÇÃO LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(6.732)</u>	<u>(1.242)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

LINHA AMARELA S.A. - LAMSA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1) Operações da Companhia

Linha Amarela S.A. (“LAMSA” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil foi fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. A LAMSA foi constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com propósito específico - SPE, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, encerrando-se em março de 2037, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”). Em 13 de março de 2019, foi encerrada a participação da Controladora na Operação Greenfield. A decisão foi proferida pela 10ª Vara Federal de Brasília, após procedimentos de auditorias realizadas pela Controladora e com a concordância do Ministério Público Federal, revogando as medidas cautelares que haviam sido impostas.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$65.547 (R\$82.640 em 31 de dezembro de 2018), devido, principalmente, a dividendos e juros sobre capital próprio e debêntures no montante, respectivamente, de R\$41.110 e R\$36.738 ambos no curto prazo.

A Administração, baseada nos fluxos de caixa projetados, considera que haverá recursos suficientes para cumprir com os compromissos de curto prazo.

1.2) Litígio com o Poder Concedente

O contrato de concessão da Linha Amarela estabelece que a tarifa de pedágio será reajustada anualmente, no dia 1º de janeiro de cada ano, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E. Contudo, desde o ano de 2016 até a data de aprovação dessas demonstrações contábeis, o poder concedente (Município do Rio de Janeiro) não tem se manifestado formalmente quanto à homologação dos reajustes devidos conforme a regra contratual, mantendo a tarifa da concessionária congelada no nível tarifário do ano 2015. Nesse contexto, a LAMSA ingressou judicialmente contra o Município obtendo na 6ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, em 13 de abril de 2017, uma decisão liminar (tutela antecipada) garantindo o cumprimento das disposições contratuais. Nesta data, a tarifa da concessionária foi corrigida pelo IPCA-E conforme preconiza o contrato, alcançando o valor de R\$ 7,00, que vem sendo cobrado normalmente dos usuários até 10 de janeiro de 2018, data qual o poder concedente se manifestou sobre o reajuste pertinente ao exercício de 2018 e o autorizou, passando a tarifa básica para o valor de R\$ 7,20.

O reajuste referente ao ano de 2016 está sendo objeto de pleito do reequilíbrio econômico – financeiro junto ao Poder Concedente.

No dia 20 de dezembro de 2018, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, por meio de Decreto Municipal nº 45.546/2018 suspendeu a cobrança da tarifa de pedágio no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador da única praça de pedágio da Linha Amarela S.A. - LAMSA (“LAMSA” ou “Companhia”) A decisão tomada de maneira unilateral pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro fere cláusulas do contrato de concessão o que suscitou em ações legais, pela Companhia, objetivando a reversão desta decisão. Ao dia 21 de dezembro de 2018 a Companhia obteve decisão judicial favorável que suspendeu os efeitos do Decreto Municipal supracitado. A decisão restabeleceu o direito de cobrança da tarifa de pedágio na Linha Amarela no sentido Fundão, conforme previsto no contrato de concessão. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de reequilíbrio contratual.

Em 1º de fevereiro de 2019, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Poder Concedente, emitiu novo Decreto Municipal de nº 45.645/2019 reeditando o Decreto 45.546/2018, emitido em dezembro de 2018, suspendendo, uma segunda vez, a cobrança da tarifa de pedágio no sentido Barra da Tijuca – Ilha do Governador da única praça de pedágio LAMSA. Ainda em 1º de fevereiro, a Companhia renovou a medida judicial junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ para suspender o Decreto e nesta mesma data, tendo em vista se tratar de uma reedição de um decreto com efeitos suspensos bem como resultar em um ato irregular e não previsto no contrato, obteve nova decisão que suspendeu os efeitos desse novo decreto. A decisão restabeleceu o direito de cobrança da tarifa de pedágio na Linha Amarela no sentido Fundão, conforme previsto no contrato de concessão. A receita não auferida decorrente do ato administrativo supracitado será objeto de pedido de reequilíbrio contratual.

Ao dia 16 de fevereiro de 2019, a Companhia obteve, por decisão de justiça, a autorização para reajustar a tarifa de pedágio, conforme previsto no contrato de concessão, de R\$ 7,20 para R\$ 7,50. A receita não auferida decorrente da ausência de manifestação do poder concedente sobre o reajuste previsto contratualmente, no período de 1º de janeiro de 2019 até a data da decisão judicial, será objeto de pedido de reequilíbrio contratual.

1.3) Rebaixamento de rating em partes relacionadas

A Companhia é uma empresa integrante do mesmo grupo econômico da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) e do MetroBarra S.A. (“MetroBarra”), sendo empresas controladas integralmente pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (Grupo INVEPAR), controladora direta da Linha Amarela S.A. (LAMSA).

A CART emitiu debêntures (2ª emissão de debêntures – “Debêntures CART”) que possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado a obrigação de manutenção da classificação de risco atribuída às Debêntures CART igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os ratings da INVEPAR, passando de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 4ª emissões de debêntures da INVEPAR de 'brA-' para 'brBB-'. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para a CART e MetroBarra S.A., que tiveram seus ratings de Emissor rebaixados de 'brA-' para 'brBB-', respectivamente, em Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures CART, nos termos dos documentos da operação será necessário convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para que seja votado a não declaração de vencimento antecipado das debêntures ("Waiver"). Neste sentido a Companhia convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para o dia 16 de abril de 2019 de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão. Os debenturistas da 2ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, mas não houve quórum de aprovação dos debenturistas da 1ª série. Com isso, houve suspensão da AGD que será retomada no dia 5 de junho de 2019

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES").

A administração da CART e da INVEPAR está envidando esforços contínuos e estruturados junto aos credores e ao mercado em geral para que as condições de obtenção do Waiver sejam alcançadas, nos termos da Escritura da 2ª emissão de Debêntures da CART

A administração da CART e da INVEPAR informaram à Companhia que, caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo de o BNDES também declarar vencimento antecipado da dívida que tem com a CART. Essa declaração dá o direito de o BNDES também declarar o vencimento antecipado das dívidas contratadas e ainda não liquidadas pelo Grupo INVEPAR junto a esta instituição financeira, já que, conforme item II, do Art. 39, da Seção I – Normas Gerais, do Capítulo IX – do Inadimplemento e das Penalidades, previsto na Resolução 665/87 – Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES ("DACB"), este poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida do Grupo INVEPAR caso haja o "inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Beneficiária pertença". Além disso, outras restrições poderão ser impostas pelo BNDES a seu critério, como por exemplo, a o bloqueio de novos desembolsos (Condições Gerais – Capítulo I, artigo 5º inciso VI das DACB).

Caso o BNDES opte por decretar o vencimento antecipado de entidade integrante do Grupo Econômico, e vença antecipadamente a dívida do Banco junto ao Metrôrio, esse vencimento, poderá chamar o vencimento antecipado da 2ª emissão de Debêntures da Companhia. Caso ocorra o vencimento antecipado das debêntures da Companhia, o Banco Santander também poderá declarar o vencimento antecipado.

Adicionalmente, no caso de vencimento da 2ª emissão da CART, existe a possibilidade de decretação de vencimento antecipado das debêntures da Invepar. Caso ocorra o vencimento antecipado da(s) dívida(s) da INVEPAR, poderá ocorrer o vencimento antecipado dos empréstimos da Companhia junto ao Banco Santander. Se o Santander executar a Companhia, deverá ser feita uma convocação de AGD para os debenturistas da 2ª emissão de debêntures da CEF (Caixa Econômica Federal) da LAMSA deliberarem sobre a decretação ao não de vencimento antecipado.

Neste sentido, a administração da Companhia está acompanhando as evoluções das negociações lideradas pela Administração da CART e da INVEPAR e, atualmente, não possui indicação acerca do insucesso destas nem de, no caso de insucesso, o BNDES exercer o direito de decretar o vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas que não as da CART, e os credores da INVEPAR de decretar vencimento antecipado de suas Debêntures, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco significativo a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O encerramento das informações contábeis intermediárias foi autorizado pela Administração da Companhia em 14 de maio de 2019.

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 29 de março de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

2.1) Normas e interpretações novas e revisadas

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, das seguintes normas:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

- IFRIC 23/ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento do Tributo sobre o Lucro. Essa norma esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 - Tributos sobre o lucro.

Não houve impacto da aplicação dessas normas nas informações contábeis intermediárias.

2.2) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia detém o contrato de concessão para operação e manutenção da via expressa denominada Linha Amarela, por meio da cobrança de pedágio. A concessão foi outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e o contrato de concessão foi assinado em dezembro de 1994. Após período de construção, a via foi inaugurada e teve a cobrança de pedágio iniciada em janeiro de 1998, por um prazo de 162 meses (13,5 anos). O contrato de concessão prevê o reajuste anual na tarifa de pedágio no 1º dia de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (“IPCA-E”).

Em janeiro de 1999, foi assinado o 5º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu a construção do Lote IV da Linha Amarela (trecho que vai do Viaduto Sampaio Corrêa até a Ilha do Fundão), na ordem de R\$ 62.8 milhões, com contrapartida na prorrogação do prazo de concessão para um total de 300 meses (25 anos), se estendendo até 2022.

Em 14 de maio de 2010, foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão, no qual a Companhia assumiu novas obrigações determinadas pela Prefeitura, na ordem de R\$ 251 milhões, para a realização de obras e outras intervenções, visando principalmente a melhoria da fluidez viária, como segue:

- Construção de um viaduto na Abolição/Engenhão conectando a Rua da Abolição com a Linha Amarela;
- Construção de uma nova baía de ônibus em Gardênia, na Av. Ayrton Senna, sentido Barra, no trecho da Gardênia Azul;
- Alargamento da Av. Bento Ribeiro Dantas e do Viaduto de Osvaldo Cruz, a serem executadas no trecho entre o Viaduto de Manguinhos e o Viaduto Osvaldo Cruz;
- Alargamento da pista marginal da Av. Brasil, sentido centro, no trecho em frente à Fiocruz e remodelagem da baía de ônibus existente no mesmo trecho;
- Recuperação do pavimento na Linha Vermelha;
- Colocação de painéis de proteção na Linha Amarela e na Linha Vermelha;
- Alargamento da Av. Ayrton Senna, sentido Barra, interligando a ponte Arroio Fundo ao viaduto existente sobre a Av. Emb. Abelardo Bueno;
- Ampliação do viaduto de Manguinhos e de seus acessos; e
- Urbanização e melhorias de parques lineares em torno da via.

Como contrapartida destes investimentos, que foram realizados e concluídos pela Companhia, o Poder Concedente prorrogou o contrato de concessão por mais 15 anos, estendendo até 2037, e reajustou a tarifa em 2,32% acima da variação do IPCA-E entre os anos 2012 e 2015.

A Companhia possui compromisso contratual de assegurar que o serviço de operação da Linha Amarela (RJ) seja prestado de forma a garantir a qualidade e segurança, satisfazendo, durante toda a vigência do Contrato, as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, atualidade, generalidade, cortesia no atendimento e modicidade das tarifas. A qualidade dos serviços prestados é avaliada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Taxa média	Indexador	Vencimento	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos				6.478	4.313
Fundo de investimento CAIXA Mover (a)	99%		nov/26		
Letras financeiras do tesouro		SELIC		8.972	13.796
Certificados de depósito bancário - CDB		DI		2.016	1.827
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional		IPCA		401	1.157
Certificados de depósitos bancários - CDB	96%	DI		2.505	6.011
				<u>20.372</u>	<u>27.104</u>

- (a) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de março de 2019, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRÔRIO, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar do vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento.

As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor com disponibilidade de resgate a qualquer momento.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
AVI (a)	13.629	14.414
Vale pedágio	4	-
Outros recebíveis	-	115
	<u>13.633</u>	<u>14.529</u>

(a) Referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 18 dias.

Em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é o seguinte:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	<u>13.633</u>	<u>14.529</u>
	<u>13.633</u>	<u>14.529</u>

Em 31 de março de 2019 a Companhia reconheceu R\$260 como perda definitiva. Não houve perdas efetivas nas demonstrações do resultado do período de 31 de março de 2018.

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Participação nos lucros e resultado (PLR)	478	384
Provisões para riscos processuais	922	569
Provisões não dedutíveis	758	1.192
Total do ativo fiscal diferido	<u>2.158</u>	<u>2.145</u>
Variação cambial e instrumentos financeiros derivativos	(1.927)	(1.912)
Amortização de direito de concessão	(2.124)	(2.152)
Margem de construção - RTT	(2.246)	(2.275)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(219)	(221)
Total do passivo fiscal diferido	<u>(6.516)</u>	<u>(6.560)</u>
Total	<u>(4.358)</u>	<u>(4.415)</u>
Impostos diferidos – Ativo	2.158	2.145
Impostos diferidos – Passivo	(6.516)	(6.560)

Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

	<u>31/03/2019</u>
2019	1.253
2020	167
2021	92
2022	92
2023	92
2024 a 2026	277
2027 em diante	<u>185</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	2.158
Total dos passivos fiscais diferidos	<u>(6.516)</u>
Total dos impostos diferidos	<u><u>(4.358)</u></u>

b) Tributos a recolher

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.902	19.143
Tributos em parcelamento (*)	1.199	1.184
PIS e COFINS	957	964
ISS	1.289	1.262
IRRF e CSRF	42	1.169
INSS sobre terceiros	91	67
Total circulante	<u>10.480</u>	<u>23.789</u>
Tributos em parcelamento (*)	<u>999</u>	<u>1.283</u>
Total não circulante	<u><u>999</u></u>	<u><u>1.283</u></u>

(*) Os tributos em parcelamento referem-se ao débito de Imposto de Renda e Contribuição Social dos anos calendários 2013 e 2014, junto a Receita Federal do Brasil no período de 60 meses, foram devidamente registrados no resultado de 2015 e possuem o seguinte fluxo de vencimento:

	<u>31/03/2019</u>
2019	899
2020	1.199
2021	<u>100</u>
Total	<u><u>2.198</u></u>

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	37.616	43.999
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(12.789)	(14.960)
Adições permanentes	(51)	(43)
Outros	<u>102</u>	<u>614</u>
Total dos impostos no resultado	<u>(12.738)</u>	<u>(14.389)</u>
IR e CSLL correntes	(12.795)	(15.271)
IR e CSLL diferidos	<u>57</u>	<u>882</u>
Total dos impostos no resultado	<u>(12.738)</u>	<u>(14.389)</u>

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributário (a)	3.477	3.477
Trabalhista	171	131
Bloqueios judiciais	<u>43</u>	<u>43</u>
	<u>3.691</u>	<u>3.651</u>

(a) Em 2000, a Companhia efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações, retendo deste e recolhendo, indevidamente, o montante referente à Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Diante da inapropriada retenção de imposto, efetuou o complemento do pagamento ao referido acionista e compensou o valor recolhido ao fisco. Em agosto de 2006, a 5ª Vara Federal de execução fiscal, expediu mandado intimando a Companhia a efetuar o pagamento de R\$1.439 referente à compensação fiscal acima mencionada, o qual foi atendido através do depósito judicial realizado em setembro de 2006. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, entende que o processo no qual esse depósito está vinculado possui expectativa de perda remota, não sendo necessária a constituição de provisão para riscos.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo Invepar, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas informações contábeis intermediárias. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	31/03/2019				
		Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas	(Despesas)
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	264	-	5.761	-	(3.749)
INVEPAR	Dividendos/JSCP	-	-	41.110	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	-	41	-	-	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX	26	-	-	-	-
METRÔRIO	Compartilhamento de despesas (a)	-	33	4	-	-
METRÔRIO	Debêntures (b)	12.848	92.074	-	2.400	-
	Total	13.138	92.148	46.875	2.400	(3.749)

<u>Parte relacionada</u>	<u>Transação</u>	31/12/2018			31/03/2018	
		Ativo		Passivo	Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Receitas	(Despesas)
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	264	-	9.680	-	(3.662)
INVEPAR	Dividendos/JSCP	-	-	51.110	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	-	41	-	-	-
PEX	Passagem pista AVI-PEX	26	-	-	-	-
METRÔRIO	Compartilhamento de despesas (a)	-	33	4	-	-
METRÔRIO	Debêntures (b)	12.848	95.286	-	2.644	-
	Total	13.138	95.360	60.794	2.644	(3.662)

(a) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Em 31 de julho de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de debêntures no montante de R\$154.170, não conversíveis em ações, do METRÔRIO, empresa controlada pela Invepar. Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Principal recebido</u>	<u>Juros recebidos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2019</u>
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	12.848	(3.212)	(2.400)	2.400	3.212	12.848
	<u>12.848</u>	<u>(3.212)</u>	<u>(2.400)</u>	<u>2.400</u>	<u>3.212</u>	<u>12.848</u>
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	95.286	-	-	-	(3.212)	92.074
	<u>95.286</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.212)</u>	<u>92.074</u>
Total debêntures	<u>108.134</u>	<u>(3.212)</u>	<u>(2.400)</u>	<u>2.400</u>	<u>-</u>	<u>104.922</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Principal recebido</u>	<u>Juros recebidos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	12.848	(12.847)	(10.400)	10.400	12.847	12.848
	<u>12.848</u>	<u>(12.847)</u>	<u>(10.400)</u>	<u>10.400</u>	<u>12.847</u>	<u>12.848</u>
Ativo não circulante						
Debênture LAMSA x METRÔRIO	108.133	-	-	-	(12.847)	95.286
	<u>108.133</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.847)</u>	<u>95.286</u>
Total debêntures	<u>120.981</u>	<u>(12.847)</u>	<u>(10.400)</u>	<u>10.400</u>	<u>-</u>	<u>108.134</u>

Remuneração da Administração

Em 29 de abril de 2019, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.283.

A remuneração do pessoal chave do administrativo está composta por honorários e benefícios, no montante de R\$268 em 31 de março de 2019 (R\$281 em 31 de março de 2018).

<u>Composição</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Pró-labore	185	201
Encargos	37	40
Outros benefícios de curto prazo	46	40
Total	<u>268</u>	<u>281</u>

9. IMOBILIZADO

	Médias ponderadas anuais de depreciação %	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/03/2019
Custo						
Instalações	9	3.836	-	(378)	-	3.458
Máquinas e equipamentos	9	18.665	48	-	-	18.713
Móveis e utensílios	9	1.984	3	-	1	1.988
Veículos	20	5.865	-	-	-	5.865
Benfeitorias	4	3.955	-	-	-	3.955
Equipamentos de informática	20	6.204	91	-	-	6.295
Imobilizado em andamento		895	379	-	14	1.288
		<u>41.404</u>	<u>521</u>	<u>(378)</u>	<u>15</u>	<u>41.562</u>
Depreciação						
Instalações		(3.330)	(39)	378	-	(2.991)
Máquinas e equipamentos		(10.362)	(385)	-	-	(10.747)
Móveis e utensílios		(853)	(43)	-	-	(896)
Veículos		(4.773)	(124)	-	-	(4.897)
Benfeitorias		(1.513)	(41)	-	-	(1.554)
Equipamentos de informática		(4.682)	(156)	-	-	(4.838)
		<u>(25.513)</u>	<u>(788)</u>	<u>378</u>	<u>-</u>	<u>(25.923)</u>
Imobilizado líquido		<u>15.891</u>	<u>(267)</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>15.639</u>

(*) Em 31/03/2019, houve transferência do intangível para o imobilizado.

	Médias ponderadas anuais de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Custo						
Instalações	9	3.834	-	(2)	4	3.836
Máquinas e equipamentos	9	18.448	349	(132)	-	18.665
Móveis e utensílios	9	2.004	32	(52)	-	1.984
Veículos	20	5.737	129	(1)	-	5.865
Benfeitorias	4	3.759	-	-	196	3.955
Equipamentos de informática	20	6.056	217	(102)	33	6.204
Imobilizado em andamento		1.044	720	-	(869)	895
		<u>40.882</u>	<u>1.447</u>	<u>(289)</u>	<u>(636)</u>	<u>41.404</u>
Depreciação						
Instalações		(3.169)	(161)	-	-	(3.330)
Máquinas e equipamentos		(8.844)	(1.639)	121	-	(10.362)
Móveis e utensílios		(728)	(174)	49	-	(853)
Veículos		(4.126)	(648)	1	-	(4.773)
Benfeitorias		(1.363)	(152)	2	-	(1.513)
Equipamentos de informática		(4.100)	(683)	101	-	(4.682)
		<u>(22.330)</u>	<u>(3.457)</u>	<u>274</u>	<u>-</u>	<u>(25.513)</u>
Imobilizado líquido		<u>18.552</u>	<u>(2.010)</u>	<u>(15)</u>	<u>(636)</u>	<u>15.891</u>

(*) Em 31/12/2018, houve transferência do imobilizado para intangível.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2019.

10. INTANGÍVEL

	Prazo de vida útil	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/03/2019
Custo						
Software	5 anos	7.454	-	-	-	7.454
Direitos de concessão	(a)	551.603	-	-	2.808	554.411
Intangível em construção		34.249	806	-	(2.823)	32.232
		<u>593.306</u>	<u>806</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>594.097</u>
Amortização						
Amortização acumulada software		(6.626)	(89)	-	2	(6.713)
Direitos de concessão		<u>(213.859)</u>	<u>(4.457)</u>	<u>-</u>	<u>(2)</u>	<u>(218.318)</u>
		<u>(220.485)</u>	<u>(4.546)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(225.031)</u>
Intangível líquido		<u>372.821</u>	<u>(3.740)</u>	<u>-</u>	<u>(15)</u>	<u>369.066</u>

(*) Em 31/03/2019, houve transferência do intangível para o imobilizado.

	Prazo de vida útil	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Custo						
Software	5 anos	7.419	35	-	-	7.454
Direitos de concessão	(a)	552.163	2	(562)	-	551.603
Intangível em construção		23.480	10.133	-	636	34.249
		<u>583.062</u>	<u>10.170</u>	<u>(562)</u>	<u>636</u>	<u>593.306</u>
Amortização						
Amortização acumulada software		(6.229)	(397)	-	-	(6.626)
Direitos de concessão		<u>(196.515)</u>	<u>(17.792)</u>	<u>448</u>	<u>-</u>	<u>(213.859)</u>
		<u>(202.744)</u>	<u>(18.189)</u>	<u>448</u>	<u>-</u>	<u>(220.485)</u>
Intangível líquido		<u>380.318</u>	<u>(8.019)</u>	<u>(114)</u>	<u>636</u>	<u>372.821</u>

(*) Em 31/12/2018, houve transferência do imobilizado para intangível.

(a) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 31 de dezembro de 2037, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa 01. A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2019.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos estava composto da seguinte forma:

<u>Instituição</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>31/03/2019</u>		
					<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Santander	USD	5,161%	16/03/2020	5,161%	15.330	-	15.330
Total					15.330	-	15.330

<u>Instituição</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>31/12/2018</u>		
					<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Santander	USD	5,161%	16/03/2020	5,161%	15.560	7.604	23.164
Total					15.560	7.604	23.164

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2019</u>
Passivo circulante								
Santander (b)	15.560	(7.508)	(50)	266	(584)	-	7.646	15.330
	<u>15.560</u>	<u>(7.508)</u>	<u>(50)</u>	<u>266</u>	<u>(584)</u>	<u>-</u>	<u>7.646</u>	<u>15.330</u>
Passivo não circulante								
Santander (b)	7.604	-	42	-	-	-	(7.646)	-
	<u>7.604</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.646)</u>	<u>-</u>
Total de empréstimos e Financiamentos	23.164	(7.508)	(8)	266	(584)	-	-	15.330

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Amortização principal</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros pagos</u>	<u>Custo de captação amortizado</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante								
Itaú (a)	19.203	(19.999)	1.055	233	(492)	-	-	-
Santander (b)	13.485	(14.547)	2.614	1.464	(1.689)	-	14.233	15.560
Custos a amortizar	(39)	-	-	-	-	39	-	-
	<u>32.649</u>	<u>(34.546)</u>	<u>3.669</u>	<u>1.697</u>	<u>(2.181)</u>	<u>39</u>	<u>14.233</u>	<u>15.560</u>
Passivo não circulante								
Santander (b)	19.473	-	2.364	-	-	-	(14.233)	7.604
	<u>19.473</u>	<u>-</u>	<u>2.364</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(14.233)</u>	<u>7.604</u>
Total de empréstimos e Financiamentos	52.122	(34.546)	6.033	1.697	(2.181)	39	-	23.164

- (a) Em 07 de agosto de 2015, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 14,320 sendo o dólar de início R\$3,49 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 3,2980% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou

como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC.

O prazo de vencimento do empréstimo foi de três anos, contados da data de emissão, tendo vencido, portanto, em 07 de agosto de 2018.

Os juros remuneratórios foram pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento foi na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

- (b) Em 14 de março de 2016, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 13,736 sendo o dólar de início R\$3,64 equivalente a R\$50.000. O empréstimo tem remuneração de 5,1615% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Banco Santander (Brasil) S.A..

O prazo de vencimento do empréstimo é de quatro anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2020.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 14 de setembro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal ocorrerá a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, após o período de carência.

Cláusulas restritivas

<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
Santander	DL/EBITDA	≤ 3,0	Anual*
	DL/EBITDA	≤ 2,0	Anual**

(*) Covenant apurado até dezembro de 2017.

(**) O Covenants a partir dezembro de 2017.

Durante o prazo de vigência do empréstimo será considerado um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 3,0 (três inteiros); e (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras auditadas anualmente.

Hipóteses de Vencimento Cruzado aplicáveis a empréstimos e debêntures

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas Invepar, CART, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

<u>Empresa:</u>	<u>Rating limite:</u>
Invepar	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de clausulas de cross default com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo Invepar.

12. DEBÊNTURES

Em 31 de maio de 2012, a Companhia emitiu 386.722 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, perfazendo o montante de R\$386.722. As debêntures fazem jus à remuneração da TR calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% ao ano. Para esta operação a Companhia apresentou como seu Fiador a METRÔRIO e foram adquiridas pela Caixa Econômica Federal.

O prazo de vencimento das debêntures é de 15 anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de maio de 2027.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive. O primeiro pagamento ocorreu em 30 de novembro de 2012, no montante de R\$18.110 e o último pagamento será na data de vencimento das debêntures. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão.

Parte dos recursos captados por meio da Emissão, no valor de R\$232.552, foi utilizada pela Companhia para financiamentos de até 90% de cada um dos Projetos previstos em seu Plano de Investimentos. A parte remanescente da Emissão, no valor de R\$154.170, foi utilizado para financiamento de até 90% dos Projetos do Fiador, previstos em seu Plano de Investimentos. Em 31 de agosto de 2012 houve o repasse total deste montante para o Fiador. As condições do repasse realizado ao METRÔRIO são as mesmas da LAMSA junto à Caixa Econômica Federal e estão divulgados na Nota explicativa 8.

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Principal amortizado</u>	<u>Juros amortizados⁽¹⁾</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/03/2019</u>
Passivo circulante						
Debêntures CEF	32.227	(5.371)	(4.196)	6.021	8.057	36.738
	<u>32.227</u>	<u>(5.371)</u>	<u>(4.196)</u>	<u>6.021</u>	<u>8.057</u>	<u>36.738</u>
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	239.016	-	-	-	(8.057)	230.959
	<u>239.016</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.057)</u>	<u>230.959</u>
Total debêntures	<u>271.243</u>	<u>(5.371)</u>	<u>(4.196)</u>	<u>6.021</u>	<u>-</u>	<u>267.697</u>

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Principal amortizado</u>	<u>Juros amortizados⁽¹⁾</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Transferência</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante						
Debêntures CEF	37.126	(34.912)	(28.201)	25.987	32.227	32.227
	<u>37.126</u>	<u>(34.912)</u>	<u>(28.201)</u>	<u>25.987</u>	<u>32.227</u>	<u>32.227</u>
Passivo não circulante						
Debêntures CEF	271.243	-	-	-	(32.227)	239.016
	<u>271.243</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(32.227)</u>	<u>239.016</u>
Total debêntures	<u>308.369</u>	<u>(34.912)</u>	<u>(28.201)</u>	<u>25.987</u>	<u>-</u>	<u>271.243</u>

⁽¹⁾ Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD DL/EBITDA EBITDA/DFL	≥ 1,3 ≤ 2 ≥ 1,5	Anual Trimestral ^(II) Trimestral ^(II)

^(II) A quebra do *Covenants* só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

Durante o prazo de vigência das debêntures será considerada um evento de inadimplemento a não observância e não manutenção dos seguintes índices financeiros mínimos, a partir da data de emissão: (1) EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas limite mínimo 1,5 (um inteiro e cinco décimos); (2) Dívida Líquida / EBITDA limite máximo 2,0 (dois inteiros); e (3) ICSD limite mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). A falta de cumprimento pela Companhia dos índices anteriormente mencionados somente ficará caracterizada quando verificada nas suas informações financeiras trimestrais e auditadas por, no mínimo, 2 (dois) trimestres civis consecutivos, ou, ainda, por 2 (dois) trimestres civis não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de março de 2019, as cláusulas restritivas foram atendidas.

13. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, cujas perdas foram consideradas como prováveis, como segue:

Riscos prováveis

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversão/Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/03/2019</u>
Cíveis	687	173	(144)	716
Trabalhistas	986	1.037	(28)	1.995
Total	<u>1.673</u>	<u>1.210</u>	<u>(172)</u>	<u>2.711</u>

<u>Natureza dos riscos</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões/Pagamentos</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Cíveis	474	357	(144)	687
Trabalhistas	629	1.161	(804)	986
Total	<u>1.103</u>	<u>1.518</u>	<u>(948)</u>	<u>1.673</u>

a) Riscos cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de acidentes e incidentes ocorridos no sistema rodoviário.

Em 31 de março de 2019, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$11.315 (R\$11.507 em dezembro de 2018).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e ex-colaboradores terceirizados, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de verbas rescisórias, reintegração, equiparação salarial, dentre outros, sendo os pedidos de ex-colaboradores terceirizados, em sua maioria, de responsabilidade subsidiária.

Em 31 de março de 2019, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$3.162 (R\$3.233 em dezembro de 2018).

c) Riscos tributários

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, relativa ao Auto de Infração lavrado pela Receita Federal referente a retenção e recolhimento indevidos do IRRF ano calendário de 2000, por se tratar de um pagamento de juros sobre capital próprio para o acionista BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações (atualmente no bloco de Controle da Invepar), conforme detalhado na Nota explicativa 7.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que não existe a necessidade de ser constituída a provisão para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisão desfavorável, dado classificação de risco como remota.

Em 31 de março de 2019, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$2.459 (R\$2.445 em dezembro de 2018).

A Companhia é parte em processo administrativo com manifestação de inconformidade ao despacho decisório nº 825049050, que não homologou a PER/DCOMP nº 30450.01505.310105.1.3.04-2054, referente à compensação de valores pagos a maior a título de IRPJ no período de setembro/2004, com valores de IRPJ pagos no período de dezembro/2004, classificado em totalidade com prognóstico de perda possível em seu montante total de R\$ 14 (R\$ 14 em 31 de dezembro de 2018.)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$54.118, divididos em 155.782.236 ações, sendo 51.927.409 ações ordinárias e 103.854.827 ações preferenciais, sem valor nominal e não conversíveis entre si.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações. Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o saldo dessa reserva apresenta o montante de R\$10.824 , já atingindo o limite máximo de 20% do capital social da Companhia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, o Estatuto Social determina que a Companhia poderá levantar balanços semestrais e sobre estes decidir o pagamento de dividendos e juros sobre capital, sendo esta uma atribuição conferida ao Conselho de Administração.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	114.867
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	28.717
Dividendos propostos	21.337
Juros sobre capital próprio	7.380
Dividendos adicionais a distribuir	86.150

Em 10 de dezembro de 2018, a Companhia provisionou o montante de R\$7.380 referente a juros sobre capital próprio (“JSCP”), com base no resultado acumulado até 31 de outubro de 2018, onde foi retido R\$1.107 de IRRF, e adicionalmente, propôs R\$21.337 em complemento ao dividendo mínimo obrigatório.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentou o montante de R\$ 86.150 referente a dividendos adicionais do exercício social de 2018.

Em 15 de fevereiro de 2019, foram pagos R\$10.000 referentes aos dividendos.

Em 31 de março de 2019, o montante de R\$71.002, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 20 de abril de 2018, referente a dividendos adicionais a pagar de 2017 foi parcialmente pago, restando um montante de R\$13.500 a ser pago.

Em 29 de abril de 2019, foi aprovada a destinação do montante de R\$86.150 como dividendos adicionais a distribuir.

As ações preferenciais não tem direito a voto e tem direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita bruta de pedágio	73.727	72.327
Receita de construção	-	2.829
Impostos, deduções e cancelamentos	(6.377)	(6.261)
Receita operacional líquida	<u>67.350</u>	<u>68.895</u>

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se a receita de construção que será tributada no momento da realização do intangível.

16. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Pessoal e encargos	(6.628)	(6.850)
Conservação e manutenção	(4.037)	(1.193)
Comunicação, marketing e publicidade	(28)	(178)
Seguros e garantias	(502)	(349)
Serviços de terceiros	(656)	(676)
Veículos	(290)	(244)
Consultoria e assessoria	(111)	(129)
Aluguéis e impostos	(110)	(42)
Energia elétrica	(794)	(1.116)
Perda efetiva contas a receber	(260)	-
Provisão para riscos processuais	(1.038)	(340)
Partes relacionadas	(3.749)	(3.662)
Depreciação e amortização	(5.334)	(5.429)
Custo de construção	-	(2.812)
Outros	(2.146)	3.697
Custos e despesas totais	<u>(25.683)</u>	<u>(19.323)</u>
Custo de serviços prestados	(17.864)	(13.835)
Custo de construção	-	(2.812)
Despesas gerais e administrativas	(7.970)	(7.519)
Outras receitas e (despesas) operacionais	151	4.843
Custos e despesas totais	<u>(25.683)</u>	<u>(19.323)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Desconto obtidos	19	-
Juros sobre aplicações financeiras	185	145
Variação cambial ativa	1.334	756
Operações de instrumentos financeiros derivativos	828	-
Juros sobre debêntures	2.400	2.644
Total receitas financeiras	<u>4.766</u>	<u>3.545</u>
Comissões e despesas bancárias	(41)	(35)
Variações cambiais passivas	(1.326)	(670)
Variações monetária passiva	(28)	(44)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(880)	(930)
Juros passivos	(462)	(847)
Juros sobre debêntures	(6.021)	(6.524)
Outros	(59)	(67)
Total despesas financeiras	<u>(8.817)</u>	<u>(9.117)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.051)</u>	<u>(5.572)</u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/03/2019			31/03/2018		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Numerador básico						
Resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia	8.293	16.585	24.878	9.870	19.740	29.610
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações	51.927	103.855	155.782	51.927	103.855	155.782
Resultado básico e diluído por ações (em reais – R\$)	<u>0,1597</u>	<u>0,1597</u>	<u>0,1597</u>	<u>0,1901</u>	<u>0,1901</u>	<u>0,1901</u>

19. SEGUROS

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>	<u>Vigência</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Objeto</u>
Garantia	26.206	18/12/18 a 19/12/19	Austral	(a)
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/18 a 01/08/19	Tokio Marine	(b)
Riscos operacionais	280.000	01/08/18 a 01/08/19	Tokio Marine	(c)
Automóvel frota	Tabela FIPE	29/11/18 a 29/11/19	Sompo	-
D&O	100.000	20/03/18 a 05/05/19	XL Seguros Brasil	-
D&O	100.000	05/05/19 a 05/05/20	Axa/XL Seguros Brasil	-

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

- (a) Garantir o cumprimento das obrigações oriundas do contrato de concessão nº 513/94 datado em 09 de dezembro de 1994 e do 11º Termo Aditivo, compreendendo a operação e manutenção da via do subtrecho da Linha Amarelo entre a Cidade de Deus (KM 6) e o viaduto Sampaio Corrêa (KM 21) e a Ilha do Fundão.

- (b) Garantir até o limite máximo da importância segurada perdas resultantes de danos corporais e materiais causados a terceiros, decorrentes da operação da empresa segurada, desde que sejam involuntários e acidentais. O seguro garante o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou despendidas pelo segurado, nas reparações de danos involuntários, materiais e /ou corporais causados a terceiros, e /ou nas ações emergências empreendidas, com objetivo de evitá-lo ou ministrar seus efeitos.
- (c) Garantir até o limite máximo da importância segurada danos acidentais causados aos veículos segurados, que o Segurado venha a sofrer em consequência dos riscos cobertos aos bens segurados, enquanto estiverem nos locais definidos na apólice. Condição igualmente aplicável quando realização de obras de reforma e /ou ampliação. Garantir também o limite máximo da indenização a cobertura de Lucros Cessantes pela perda temporária de receita, decorrente da interrupção das atividades causadas por danos materiais à empresa segurada.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
<u>Instrumentos financeiros</u>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	20.372	-	27.104	-
Créditos a receber	-	13.633	-	14.529
Debêntures	-	104.922	-	108.134
Partes relacionadas	-	364	-	364
Instrumentos financeiros derivativos	1.208	-	1.534	-
Total do ativo	21.580	118.919	28.638	123.027
Passivos				
Fornecedores	-	2.940	-	6.295
Partes relacionadas	-	5.765	-	9.684
Empréstimos e financiamentos	-	15.330	-	23.164
Debêntures	-	267.697	-	271.243
Total do passivo	-	291.732	-	310.386

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado semelhantes aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação da CDI, SELIC e IPCA. As taxas de juros das debêntures estão vinculadas à variação da TR.

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política da Companhia negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. A Companhia mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros das debêntures, operações financeiras e empréstimos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
DI Ativo (% ao ano)	6,48%	4,86%	3,24%
DI Passivo (% ao ano)	6,48%	8,10%	9,72%
TR Ativo (% ao ano)	0,01%	0,01%	0,01%
TR Passivo (% ao ano)	0,01%	0,01%	0,02%
SELIC (% ao ano)	6,48%	4,86%	3,24%
IPCA Ativo (% ao ano)	3,90%	2,69%	1,79%

Fonte: CETIP, BACEN e IPEADATA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
<u>Ativo financeiro</u>					
Caixa e equivalente de caixa					
Certificado de depósito bancário	DI	2.505	162	122	81
Aplicações Financeiras					
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro – LFT	SELIC	8.972	581	436	291
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional	IPCA	401	16	12	8
Certificado de depósito bancário	DI	2.016	131	99	66
Debêntures METRÔRIO a receber	TR	104.922	11	8	5
SWAP – Santander	DI	1.208	78	59	39
<u>Passivo financeiro</u>					
Debêntures CEF	TR	267.697	27	33	54
Empréstimos – Santander	DI	15.330	993	1.241	1.490

f) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

g) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira.

h) Derivativos

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui operações com característica de *hedge*.

Em aberto:

Operação	Ativo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber	31/03/2019
								Valor justo diferencial a receber
Swap	USD/CDI	Santander	16/03/2020	35.714	23.787	22.253	1.342	1.208
						Ativo circulante		1.208

Operação	Ativo/passivo	Entidade	Vencimento	Valor de referência	Posição ativa	Posição passiva	Curva diferencial a receber/ (pagar)	31/12/2018
								Valor justo diferencial a receber/ (pagar)
Swap	USD/CDI	Santander	16/03/2020	35.714	23.787	22.253	1.342	1.534
						Ativo circulante		1.534

Liquidados:

31/03/2019						
Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/03/2019	7.143	3,6400	232
					Total	232
31/12/2018						
Instrumento	Instituição	Contratação	Liquidação	Valor Base	Preço de exercício em Reais	Ajuste em Reais
Swap (Dólar x DI)	Itaú	07/08/2015	07/02/2018	10.000	3,2060	(1.273)
Swap (Dólar x DI)	Itaú	07/08/2015	07/08/2018	10.000	3,7136	377
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/03/2018	7.143	3,6400	(1.310)
Swap(Dólar x DI)	Santander	10/03/2016	14/09/2018	7.143	4,1637	955
					Total	(1.251)

21. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa.

	31/03/2019	31/03/2018
<u>Saldo inicial</u>		
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidado financeiramente (Fornecedores)	449	95

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

i. Transferência de Ações da Invepar

A Linha Amarela S.A. (“LAMSA”), na data de 13 de maio de 2019, foi comunicada pela sua controladora, a Invepar, sobre a decisão judicial determinando adjudicação das ações da Invepar detidas pela OAS Infraestrutura S.A. e Construtora OAS S.A. (em conjunto “OAS”) para a SPE Credores. Esta decisão ocorreu no âmbito da recuperação judicial da OAS e resultará em alterações no quadro acionário da controladora Invepar e, por consequência, no controle indireto da Companhia.

RELEASE DE RESULTADOS

1T19

RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA CRESCE 1,9% NO 1T19
EBITDA AJUSTADO ATINGE R\$ 47,0 MILHÕES NO MESMO PERÍODO

DESTAQUES

INCREMENTO DE 1,9% NA RECEITA LÍQUIDA AJUSTADA DO 1T19 COMPARADA AO 1T18

- No 1T19 ocorreu o reajuste tarifário contratual, com a tarifa passando de R\$ 7,20 para R\$ 7,50, um aumento de 4,2%.

EBITDA AJUSTADO CAIU 14,5% NOS TRÊS PRIMEIROS MESES DE 2019

- A queda do EBITDA do 1T19 está relacionada ao aumento verificado nos custos e despesas administráveis.

A COMPANHIA REGISTROU LUCRO DE R\$ 24,9 MILHÕES

- Na comparação com o 1T18, o lucro do 1T19 ficou menor, principalmente, pelo aumento dos custos e despesas operacionais.

Indicadores Seleccionados (Mil)	1T19	1T18	▲
VEPs ¹	10.007	9.999	0,1%
Receita Líquida Ajustada ² (R\$)	67.350	66.066	1,9%
EBITDA Ajustado ³ (R\$)	47.001	54.983	-14,5%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	24.878	29.610	-16,0%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

³ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo de Construção

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 2019. A Linha Amarela S.A. - LAMSA, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 1T19. Foram realizadas comparações com o mesmo período de 2018, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos

DESEMPENHO OPERACIONAL

RESULTADO OPERACIONAL

Varição no transporte de Veículos Dessazonalizado ^{1,2}	Leves	Pesados	Total
Acumulado no ano (Jan-Mar/19 sobre Jan/Mar/18): Brasil	1,8%	2,0%	1,9%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias úteis, ano bissexto e identificação de outliers

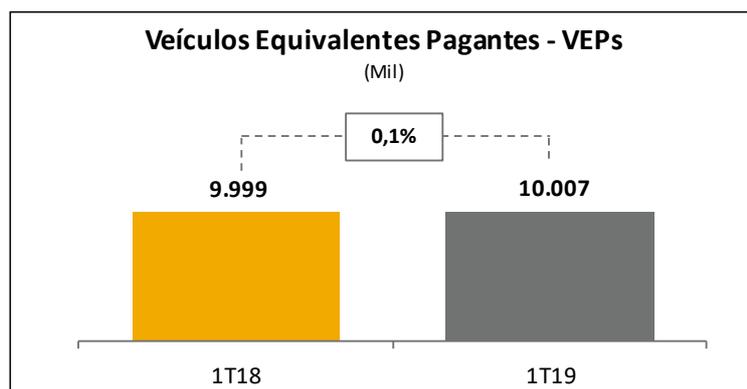
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em: <http://www.abcr.org.br>

Desempenho Operacional (Mil)	1T19	1T18	▲
VEPs¹	10.007	9.999	0,1%
Veículos Leves	9.167	9.132	0,4%
Veículos Pesados	840	867	-3,0%
Tráfego²	10.631	10.528	1,0%
Veículos Leves	9.189	9.158	0,3%
Veículos Pesados	482	505	-4,6%
Veículos Isentos	959	865	11,0%
Tarifa Média (R\$)	7,37	7,23	1,8%

¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia

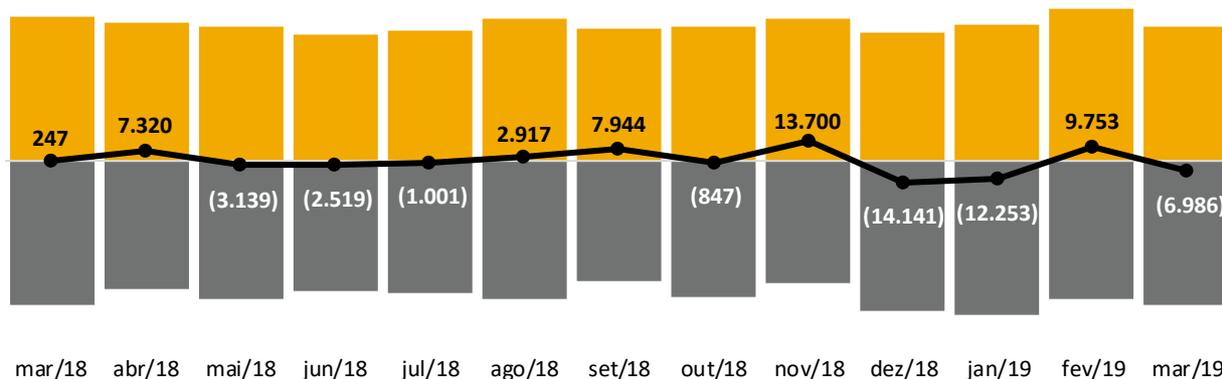
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil) para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 1,9% no fluxo total de veículos nos três primeiros meses do ano. Destaque para o crescimento de 2,0% em veículos pesados, o que pode indicar uma melhora no nível de atividade econômica neste ano em comparação ao ano anterior. O fluxo de veículos leves também apresentou alta, de 1,8%, o que também pode representar uma recuperação da economia. O fluxo de veículos da LAMSA é majoritariamente de veículos leves, refletindo, principalmente, o deslocamento diário da população casa-trabalho-casa, movimento conhecido como pendular.



Nos três primeiros meses do ano, a praça de pedágio da LAMSA registrou 10,0 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), praticamente estável, aumento de 0,1% na comparação com o mesmo período de 2018. O número de veículos leves, que representam cerca de 93% do tráfego, apresentaram crescimento de 0,4%. Em veículos pesados o resultado foi uma queda de 3,0%. A Linha Amarela é uma via

expressa urbana que liga a Barra da Tijuca, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, à Ilha do Fundão, onde fica localizado o Aeroporto Internacional Galeão, sendo, portanto, uma rota muito utilizada no trajeto casa-trabalho-casa. Cabe lembrar que o tráfego da LAMSA segue sendo negativamente afetado pela fraca geração de empregos, como pode ser verificado no gráfico abaixo com dados referentes ao Estado do Rio de Janeiro.

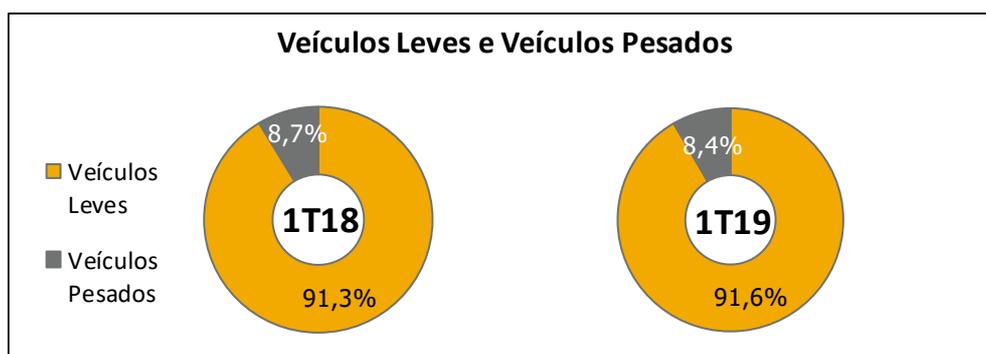
Admitidos x Desligados



Fonte: MTE CAGED

■ Admitidos ■ Desligados — Saldo

A proporção de VEPs leves, fator de maior representatividade no perfil de tráfego da rodovia, registrou leve aumento, saindo de 91,3% no 1T18 para 91,6% em 1T19.



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ mil)	1T19	1T18	▲
Receita Bruta	73.727	75.156	-1,9%
Receitas com Pedágio	73.727	72.327	1,9%
Receita de Construção (IFRS)	-	2.829	n.m
Receita Bruta Ajustada¹	73.727	72.327	1,9%
Deduções da Receita Bruta	(6.377)	(6.261)	1,9%
Receita Líquida Ajustada¹	67.350	66.066	1,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção

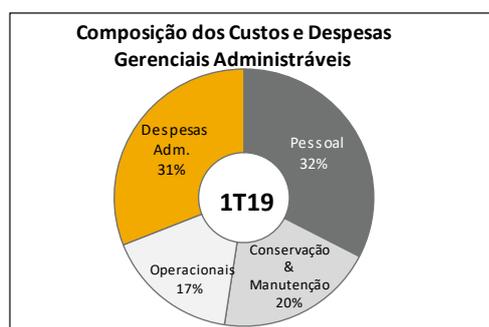
A partir de 16 de fevereiro de 2019 passou a valer o reajuste tarifário contratual, com a tarifa passando de R\$ 7,20 para R\$ 7,50, um aumento de 4,2%.

A Receita Líquida Ajustada do 1T19 cresceu 1,9% frente a verificada no 1T18. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo reajuste tarifário contratual mencionado. Em Receita de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.

CUSTOS E DESPESAS GERENCIAIS

Custos e Despesas Gerenciais (R\$ mil)	1T19	1T18	▲
Pessoal	(6.628)	(6.850)	-3,2%
Conservação & Manutenção	(4.037)	(1.193)	238,3%
Operacionais	(3.378)	(5.350)	-36,9%
Despesas Administrativas	(6.306)	2.311	372,8%
Custos & Despesas Administráveis	(20.349)	(11.082)	83,6%
Depreciação & Amortização	(5.334)	(5.429)	-1,8%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados¹	(25.683)	(16.511)	55,6%
Custo de Construção (IFRS)	-	(2.812)	n.m
Custos & Despesas Operacionais	(25.683)	(19.323)	32,9%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção

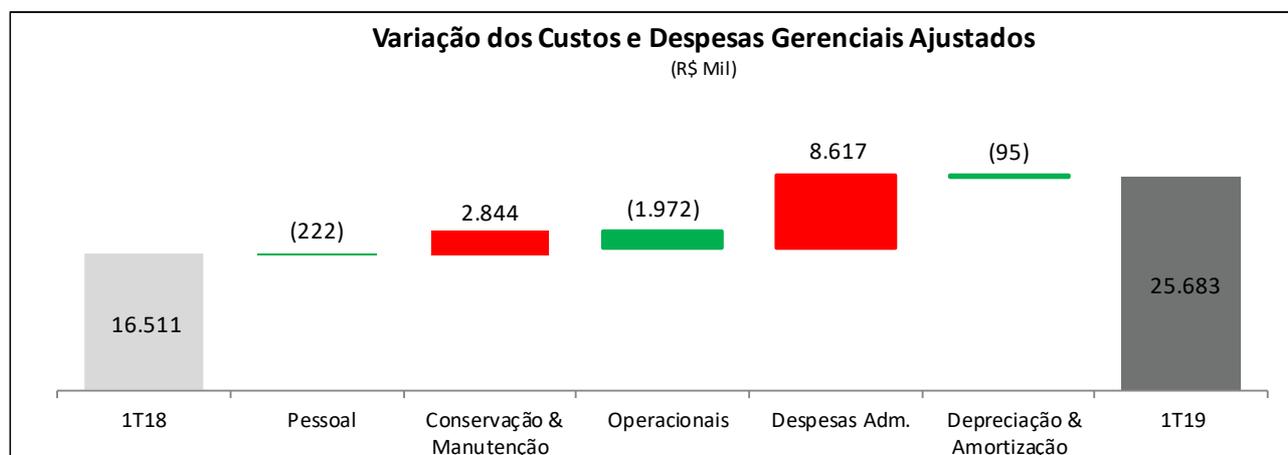


Os Custos & Despesas Administráveis aumentaram 83,6% no 1T19 comparado ao 1T18. Isso ocorreu principalmente pelo aumento nos gastos com despesas administrativas e com Conservação & Manutenção. O custeio das despesas da Matriz Invepar é alocado na natureza de Despesas Administrativas, onde houve um aumento de R\$ 8,6 milhões no 1T19 comparado ao 1T18. Isso ocorreu, principalmente, pelo recebimento de sinistro da praça de pedágio no 1T18, que é classificado na linha de outras

despesas/receitas operacionais, o que acabou revertendo o valor de despesas administrativas. Conservação & Manutenção aumentaram devido as intervenções realizadas no pavimento ao longo da rodovia, principalmente, a realização de serviços de fresagem, pintura de ligação e revestimento asfáltico. A redução de 36,9% nos custos Operacionais é explicada por menores gastos com energia elétrica em função do reenquadramento da cobrança através de tarifa pública. A redução em Pessoal se deu em função da reestruturação de atividades na Matriz Invepar.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados, ou seja, sem o impacto do IFRS, aumentaram 55,6% no 1T19 em relação ao 1T18 devido aos fatores acima citados.

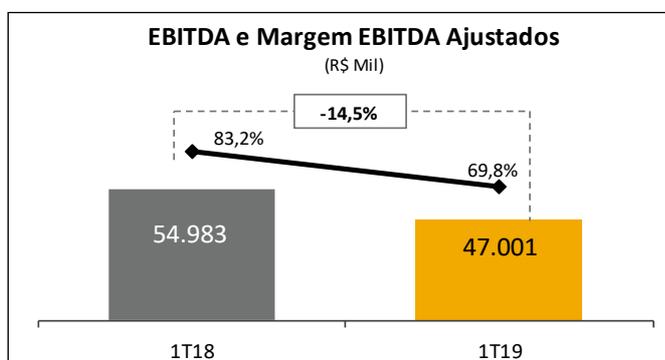
Em Custos de Construção, a variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de investimentos da concessão.



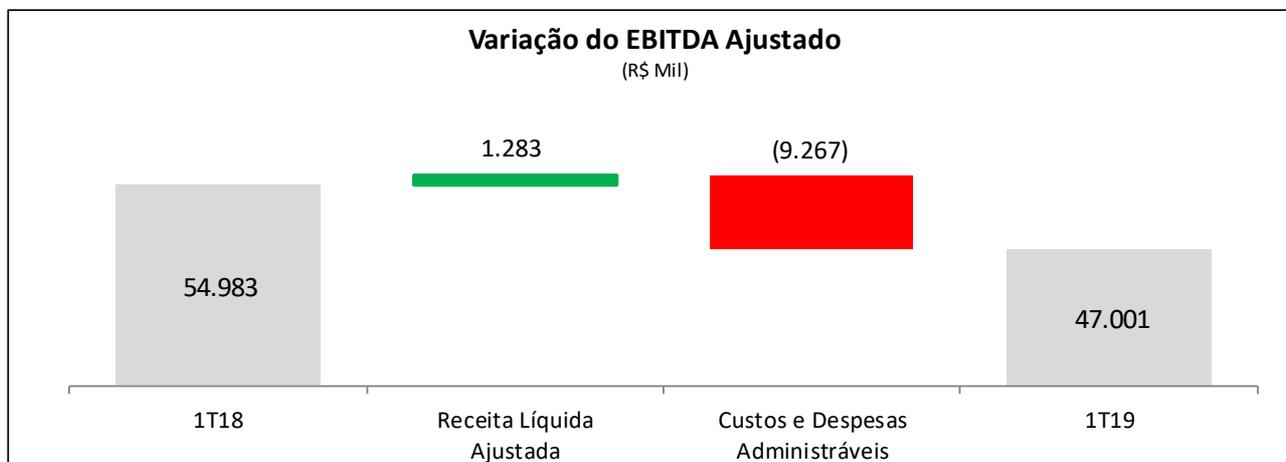
EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	1T19	1T18	▲
Lucro (Prejuízo) Líquido	24.878	29.610	-16,0%
Resultado Financeiro Líquido	4.051	5.572	-27,3%
IRPJ & CSLL	12.738	14.389	-11,5%
Depreciação e Amortização	5.334	5.429	-1,8%
EBITDA ICVM 527	47.001	55.001	-14,5%
Margem EBITDA	69,8%	79,8%	-10,0p.p
Receita de Construção (IFRS)	-	(2.829)	n.m
Custo de Construção (IFRS)	-	2.812	n.m
EBITDA Ajustado¹	47.001	54.983	-14,5%
Margem EBITDA Ajustada¹	69,8%	83,2%	-13,4 p.p

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo e Construção e a Provisão para Manutenção



O EBITDA Ajustado do 1T19 foi de R\$ 47,0 milhões, 14,5% abaixo do verificado no mesmo período de 2018. Esta piora no resultado é explicada, principalmente, pelo aumento de R\$ 9,3 milhões nos custos e despesas administráveis em função dos fatores citados acima.



RESULTADO FINANCEIRO

Inflação e Juros	1T19	1T18	▲
IPCA Últimos 12 Meses	4,58%	2,85%	1,7 pp
CDI Final do Período	6,40%	6,39%	0,0 pp
CDI Acumulado Últimos 12 meses	6,34%	8,39%	-2,1 pp
TJLP Final do Período	7,03%	6,75%	0,3 pp
TJLP Média Últimos 12 meses	6,79%	6,94%	-0,2 pp

<https://www.portalbrasil.net/ipca.htm>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>

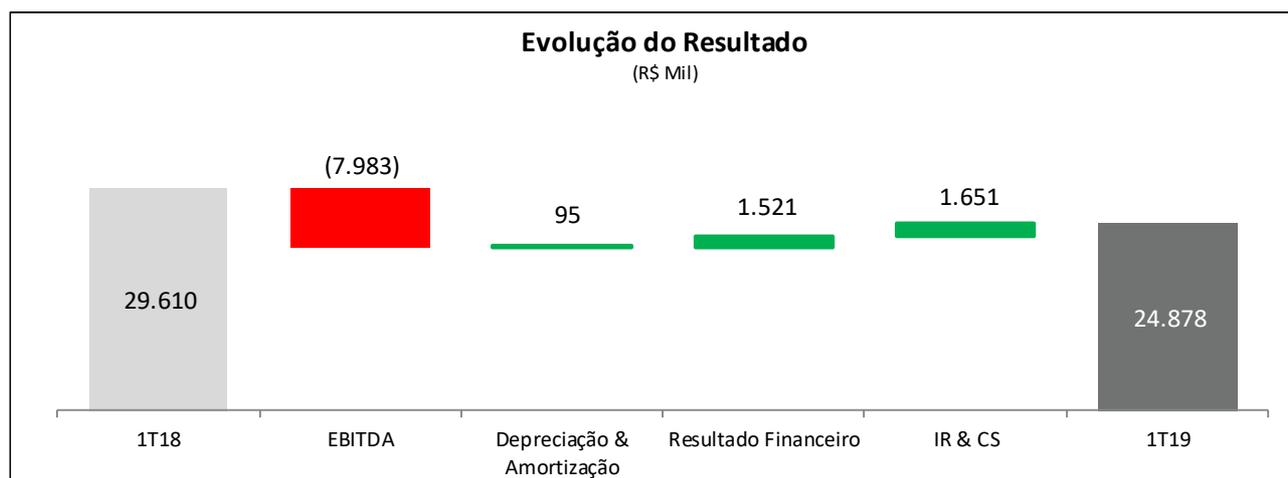
Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T19	1T18	▲
Resultado Financeiro	(4.051)	(5.572)	-27,3%
Receitas Financeiras	4.766	3.545	34,4%
Juros sobre Aplicações Financeiras	185	145	28,5%
Juros sobre debêntures	2.400	2.644	-9,2%
Variação cambial ativa	1.334	756	76,3%
Operações de Hedge	828	-	n.m
Outros	19	-	n.m
Despesas Financeiras	(8.817)	(9.117)	-3,3%
Juros sobre debêntures	(6.021)	(6.524)	-7,7%
Juros passivos	(462)	(847)	-45,6%
Operações de Hedge	(880)	(930)	-5,4%
Variação cambial passiva	(1.326)	(670)	98,1%
Outros	(128)	(146)	-12,4%

O Resultado Financeiro Líquido melhorou 27,3% no 1T19 comparado ao 1T18, principalmente, pelo aumento de 34,4% nas receitas financeiras em razão da variação cambial ativa e receita com uma operação de *hedge*. Além disso, houve uma redução de 3,3% nas despesas financeiras devido ao menor pagamento de juros dada a amortização de empréstimos e financiamentos ao longo do período.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T19	1T18	▲
Lucro	24.878	29.610	-16,0%

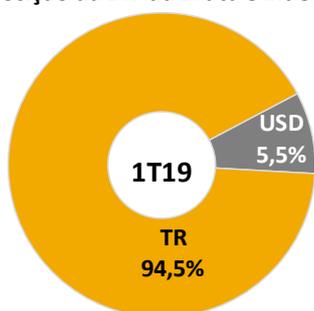
O lucro líquido do 1T19 foi de R\$ 24,9 milhões, o que representou uma queda de 16% em relação ao resultado do 1T18. Esta redução é explicada, principalmente, pelo aumento de custos e despesas administráveis conforme já detalhado anteriormente.



DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ mil)	1T19	1T18	▲
Dívida Bruta	(283.027)	(294.407)	-3,9%
Curto Prazo	(52.068)	(47.787)	9,0%
Empréstimos e Financiamentos	(15.330)	(15.560)	-1,5%
Debêntures	(36.738)	(32.227)	14,0%
Longo Prazo	(230.959)	(246.619)	-6,4%
Empréstimos e Financiamentos	-	(7.604)	-100,0%
Debêntures	(230.959)	(239.016)	-3,4%
Disponibilidades	20.372	27.104	-24,8%
Caixa e equivalentes de caixa	20.372	27.104	-24,8%
Dívida Líquida	(262.655)	(267.303)	-1,7%

Composição da Dívida Bruta e Indexador



A Dívida Bruta reduziu 3,9% no 1T19 em função do cronograma de amortizações sem contrapartida de novas captações.

As disponibilidades e a dívida líquida também reduziram em relação ao mesmo período do ano anterior, acompanhando o movimento de liquidação das debêntures e dos empréstimos e financiamentos.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ mil)	1T19	1T18	▲
Investimento Total	878	3.198	-72,5%
Imobilizado	521	183	184,7%
Intangível	806	3.127	-74,2%
Intangível em construção	806	3.127	-74,2%
(-) Transação Não Caixa	(449)	(95)	372,6%
(-) Margem de Construção	-	(17)	n.m

No 1T19 foi investido R\$ 0,9 milhão, destinados, principalmente, ao Projeto de Reforço do Viaduto Oswaldo Cruz e revitalizações viárias.

SOBRE A COMPANHIA

A LAMSA



A Linha Amarela S.A. - LAMSA, empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração da via expressa urbana, concedido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Tendo completado vinte anos em 2017, a Linha Amarela possui 1 praça de pedágio, aproximadamente 17,4 km de extensão e 20 km de acessos e saídas. A via liga a Barra da Tijuca à Avenida Brasil e à Ilha do Fundão, além de facilitar o acesso da Barra da Tijuca ao centro da cidade, contribuindo também para o desenvolvimento econômico dos bairros ligados por ela.

Sobre a Invepar

A Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 20 anos, o maior comparado às demais empresas do setor no Brasil. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.

Declaração dos Diretores sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Em observância às disposições constantes no artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, declaramos, na qualidade de Diretores da Linha Amarela S.A. – LAMSA, que discutimos, revimos e concordamos com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2019.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019



Eduardo Marques de Almeida Dantas
Diretor Presidente



Enio Stein Junior
Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, declaramos, na qualidade de Diretores da Linha Amarela S.A. – LAMSA, que discutimos, revimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 14 de maio de 2019, referente às informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2019.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019


Eduardo Marques de Almeida Dantas
Diretor Presidente


Enio Stein Junior
Diretor Administrativo Financeiro e de
Relações com Investidores